

**XI SILUBESA*****Simpósio Luso-Brasileiro de Engenharia Sanitária e Ambiental***

28/03 a 02/04/2004 - Natal - Rio Grande do Norte - Brasil

VI-077 - IMPLANTAÇÃO DO PACA – PROGRAMA DE AGENTES COMUNITÁRIOS AMBIENTALISTAS

Aurino César de Barros Nunes⁽¹⁾

Engenheiro Civil pela Universidade Federal do Piauí – UFPI. Pós-graduado em Engenharia de Segurança do Trabalho pela Pontifícia Universidade Católica – RS. Pós-graduado em Saúde Pública – UNAERP – SP. Pós-graduado em Ciências Ambientais – TROPEN / UFPI – PI. Curso de Tratamiento y uso de águas residuales pelo CEPIS/OPS/OMS – Lima – Peru. Group Training in Water Quality Management – JICA – Tóquio – Japão. Engenheiro e pesquisador da AGESPISA – Águas e Esgotos do Piauí S/A. Consultor Ambiental.

Francisco José Costa Araújo⁽²⁾

Engº. Civil - UFPE. Engº. Eletricista - Escola Politécnica – UPE. Especialista em Engenharia Elétrica - UFPE. Especialista em Engenharia Municipal - Escola Politécnica – UPE. Mestre em Saneamento Ambiental e Recursos Hídricos - UFRN. Doutorando em Engenharia de Produção - UFPB. Engº. da CHESF, no período de 1975 a 1999. Prof. Adjunto – Escola Politécnica – UPE, atuando na graduação e pós-graduação. Prof. da pós-graduação da UNIVERSIDADE MACKENZIE. Consultor POLICONULT. Perito ambiental.

Paulo José Adissi⁽³⁾

Eng. de Produção-UFRJ, Estatístico - ENC/FIBGE. Mestre e Doutor em ciências em Eng. de Produção pela COPPE-UFRJ-Brasil. Prof. Adjunto do Dep. de Eng. de Produção - UFPB com atuação nos programas de pós-grad. de Eng. de Produção e Desenvolvimento do Meio Ambiente e na graduação em Eng. de Produção (coordenador-1997-2001). Orienta e realiza pesquisas nas áreas de ergonomia, segurança do trabalho e gestão ambiental e coordenador do Grupo de Ergonomia Agrícola-GEA/UFPB.

Endereço⁽¹⁾: AGESPISA – Águas e Esgotos do Piauí S/A Avenida Marechal Castelo Branco, 101 / Norte – Bairro Cabral. CEP 64.000-000. Teresina – Piauí – Brasil. Tel. Com : +55 (86) 221-6300 Ramal 228. Res. +55 (86) 233-1607 Celular +55 (86) 9981-4221.



: acbn@redespectrum.com.br

RESUMO

A grande maioria dos Programas Ambientais que se tenta implantar no Brasil encontram-se ainda, sem o incentivo e suporte necessário para seu real desenvolvimento. Faz-se portanto a necessidade premente de conscientização do poder público e da iniciativa privada no sentido de apoiarem essas ações ambientalistas, primando por um gerenciamento e manejo adequado do meio Ambiente, tendo sempre como horizonte, a sustentabilidade.

Um grande número desses Programas desenvolvem-se por iniciativa e a nível de ONG's. Quando da análise desses Programas O trabalho ora proposto, tem como escopo atender aos anseios da Sociedade Civil Organizada, que ao iniciarmos o terceiro milênio, clama pela elaboração e prática de ações ambientalistas, visando a prevenção e/ou revitalização do meio ambiente, no que afirma seu empenho em apoiar iniciativas como a dos Agentes Comunitários Ambientalistas.

A criação destes Agentes, deverá representar a conjugação de esforços dos governos federal, estadual e municipal com os da sociedade, na construção de parcerias necessárias ao alcance de melhores condições de vida , como consequência da melhoria do meio ambiente para nossa população.

Nosso trabalho traz a proposta inovadora e meta prioritária a construção de um modelo ambiental cuja ênfase se encontra nas ações preventivas e de promoção de revitalização ambiental. Estas ações devem estender-se por todo o território nacional e quiçá ganhar o empenho dos governantes a nível mundial.

Dentro de uma ampla visão o ponto central é a concretização da implantação de Agentes Comunitários Ambientalistas, abraçando a causa e que com certeza captaram problemas outros que retornaram como "feedback" ao controle central do Programa, para serem analisados, processados e solucionados.

PALAVRAS-CHAVE: Educação Ambiental, Melhoria da Qualidade de Vida, Consciência Ambiental Crítica, Agente Comunitário Ambientalista, Preservação Ambiental.

INTRODUÇÃO

O Programa dos Agentes Comunitários Ambientalistas – PACA faz parte de uma estratégia de ação para a implementação da Educação Ambiental no Município de Teresina, Estado do Piauí e principalmente de suas áreas ribeirinhas. Sendo assim um Programa que abrange toda a comunidade de forma a instigar em cada cidadão uma consciência crítica sobre a problemática ambiental, compreendendo-se como crítica a capacidade de se captar a gênese e a evolução de problemas ambientais.

Atualmente, são comuns as contaminações dos cursos d'água, a poluição do ar, a devastação das florestas, além de muitas outras formas de agressão ao Meio Ambiente.

Diante deste contexto, é necessário que se mude o comportamento do homem em relação à natureza, no sentido de promover um modelo de desenvolvimento sustentável, para assegurar a melhoria da qualidade de vida da atual e das futuras gerações.

O sucesso e o impacto das ações dos Agentes Comunitários Ambientalistas – ACA, não dependem somente de resultados isolados do Programa e sim de uma política sócio-econômica que combata a miséria, as condições inadequadas de moradia, priorize o saneamento básico, a educação, enfim, de políticas que propiciem à população condições mínimas de bem estar social para que a comunidade possa viver com dignidade.

O Projeto ora proposto atende aos anseios da sociedade civil organizada, que ao iniciarmos o terceiro milênio, clama pela elaboração e prática de ações ambientalistas, visando a prevenção e/ou revitalização do meio ambiente, no que afirma seu empenho em apoiar iniciativas como a dos Agentes Comunitários Ambientalistas.

JUSTIFICATIVA

Na Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano, realizado em 1972, em Estocolmo, Suécia, foi gerada a "Declaração sobre o Meio Ambiente Humano", com a recomendação nº 96 da Conferência que reconhece a importância da Educação Ambiental como elemento crítico para o combate a crise mundial.

A Legislação Ambiental Brasileira na lei nº 6.938, de 1981, institui a Política Nacional de Meio Ambiente, a Constituição de 1988 assimila a Legislação Ordinária e estabelece como dever do Poder Público, promover a Educação Ambiental em todos os níveis de ensino e a consciência pública para a preservação do Meio Ambiente.

Diante do exposto anteriormente e sob o reconhecimento das mais diversas instituições da necessidade da preservação ambiental, torna a implantação de um projeto desta envergadura, uma oportunidade real de levar conhecimentos sobre a natureza e Meio Ambiente à comunidade de forma global.

O município de Teresina tem 80.900 há de área e uma população de 715.360 habitantes. Destes, 677.470 hab vivem na zona urbana. A zona rural ocupa 63.268 há, onde vivem 37.890 habitantes (IBGE, censo de 2000).

Com o objetivo de contribuir com o crescimento e desenvolvimento da cidade, vimos a necessidade de se educar no sentido de preservar o Meio Ambiente. Nosso projeto traz a proposta inovadora e meta prioritária a construção de um modelo ambiental cuja ênfase se encontra nas ações preventivas e de promoção da revitalização ambiental. Para isso, julgamos importante a implantação de um programa que atendessem essas comunidades no sentido de promover um modelo sustentável de desenvolvimento.

OBJETIVOS

a) GERAL

Este projeto técnico, produzido por técnicos sensíveis às questões ambientais em conjunto com a sociedade civil organizada, tem o propósito de fornecer subsídios aos diversos organismos governamentais e não governamentais no que se refere aos princípios e as diretrizes do PACA – Programa de Agentes Comunitários Ambientalistas, esclarecendo os caminhos a seguir para sua implantação, tendo como meta primordial a difusão e divulgação da Educação Ambiental em todas as camadas da população de Teresina, Estado do Piauí.

b) ESPECÍFICOS

- Através da conscientização e educação ambiental, estimular nas Universidades, escolas, condomínios, empresas privadas e públicas, em toda a comunidade, que cada indivíduo (cidadão), adote práticas sadias de manejo adequado dos resíduos sólidos e coleta seletiva de lixo;
- Oferecer subsídios aos diversos organismos governamentais e não governamentais no que se refere aos princípios e diretrizes do PACA – Programa de Agentes Comunitários Ambientalistas;
- Usar o Meio Ambiente de forma sustentável, de modo a garantir qualidade de vida para as futuras gerações ;
- Sensibilizar a população sobre a importância de se manter a qualidade da água, para garantir características adequadas à saúde pública ;
- Conscientizar a população ribeirinha, da importância da preservação da mata ciliar nas margens dos cursos d'água ;
- Ajudar as comunidades a alcançar competência para resolver seus próprios problemas ambientais ;
- Ajudar os indivíduos a adquirirem um conjunto de valores e sentimentos de preocupação com o Ambiente e motivação para participarem ativamente na sua proteção e/ou melhoramento ;
- Incentivar a participação e a co-responsabilidade de toda a sociedade (agentes sociais e população) na definição e desenvolvimento de um modelo de acompanhamento e gerenciamento do Meio Ambiente a partir da própria comunidade.

METODOLOGIA

O Agente Comunitário Ambientalista (ACA) reside na própria comunidade em que trabalha; assim, tem acesso fácil à comunidade e identifica rapidamente seus problemas ambientais. Ele atende à comunidade em todas as questões relacionadas ao Meio Ambiente : orienta, dá sugestões, dá apoio, controla e acompanha a realização dos procedimentos necessários, buscando encontrar alternativas para enfrentar as situações problemáticas juntamente com a comunidade. Muitas vezes, sua maior contribuição se resume à orientação acerca de questões de lixo, reciclagem, racionamento de recursos naturais, higiene, alimentação, hábitos de vida, entre outras atividades.

A valorização da família e da comunidade, bem como sua participação ativa na preservação do Meio Ambiente e na promoção de campanhas ambientais, são pontos centrais da atuação do PACA - Programa de Agentes Comunitários Ambientalistas. Tal atitude proporciona à população uma assistência maior e permite elevar sua qualidade de vida.

Além de capacitar os Agentes sobre a questão ambiental, é necessário que o Agente conheça a realidade sócio-econômica da comunidade em que ele irá atuar. Sendo importante à participação do Poder Público, em todas as esferas, com ação efetiva das áreas de saúde, educação e Meio Ambiente e Recursos Hídricos, para acompanhar as fases de implementação e desenvolvimento do Projeto.

Para melhor desenvolvimento desse Projeto é também muito importante conhecer o modo de vida das comunidades envolvidas, bem como seus costumes peculiares locais, no intuito de que a partir de pequenos detalhes se possa melhorar a qualidade de vida da população local e conseqüentemente garantir a sustentabilidade do Meio Ambiente.

ESTRATÉGIA DE AÇÃO

Para implantação e implementação das ações propostas pelo Programa em relação à Educação Ambiental na zona urbana e rural de Teresina – PI, este Projeto envolverá os diversos órgãos da administração pública, bem como os diversos modelos e associações da sociedade civil organizada, através das seguintes etapas :

- Estabelecimento de normas e diretrizes para a implantação do programa.
- Definição de mecanismos de alocação de recursos federais e/ou estaduais e/ou municipais de forma pactuada, para a implantação e a manutenção do programa, de acordo com os princípios legais.
- Elaboração de Plano de capacitação e assessoria técnica aos ACA.
- Contratar os Agentes Comunitários Ambientalistas, após o processo seletivo.
- Definição de quantos ACA.

- Definir a função e atividades a serem desenvolvidas pelos ACA
- Definição do perfil dos ACA
- Definição da remuneração dos ACA
- Definição das formas e métodos de treinamento dos ACA
- Cumprir as normas e as diretrizes do Programa.
- Disponibilização dos instrumentos e materiais didáticos, que facilitem o mecanismo de capacitação dos ACA e dos coordenadores.
- Monitoramento do sistema de informações, para estudo das ações desenvolvidas pelos ACA e fornecer o apoio necessário.
- Estar atento para problemas que afetam o meio ambiente, como coleta de lixo, serviços de água e esgoto etc. Propor soluções e dar o apoio necessário para que a comunidade enfrente a situação.
- Consolidar, analisar e divulgar os dados gerados pelo sistema de informações.
- Identificar recursos técnicos e científicos para o processo de controle e avaliação dos resultados e do impacto das ações do PACA.

RESULTADOS ESPERADOS

O resultado das ações dos ACA – Agentes Comunitários Ambientalistas deverá ocorrer na própria comunidade, sendo refletido para a região como um todo ; trata-se de um processo gradual e permanente de melhoria na qualidade de vida da comunidade, que irá renovando-se de acordo com o trabalho desenvolvido no dia-a-dia pelos ACA.

Podemos citar entre vários resultados a serem obtidos :

- Identificação e prevenção das situações de risco ambiental ;
- Maior conscientização da comunidade com as questões do meio ambiente ;
- Educação Ambiental em todos os níveis (crianças, jovens e adultos) ;
- Coleta seletiva de lixo ;
- Uso racional da água ;
- Conservação da fauna e da flora ;
- Melhoria da qualidade de vida da comunidade.

CONCLUSÃO

A qualidade do trabalho dos Agentes Comunitários Ambientalistas depende do funcionamento adequado e eficiente das Coordenações de gestão e dos Núcleos de formação de cada comunidade as quais eles se reportam. O coordenador e o instrutor-supervisor são figuras indispensáveis para organizar as ações preliminares básicas de meio ambiente - por exemplo: coleta seletiva de lixo, noções e treinamento do uso racional da água, reflorestamento de áreas comunitárias, conservação e preservação de cursos d'água, etc...

Com freqüência, o contato pessoal leva os agentes ambientalistas a identificar problemas que não se restringem ao meio ambiente, ou que dependem de outros setores. Por isso, é fundamental a união dos esforços de toda a sociedade e dos vários setores da administração local - por exemplo, secretarias da educação, de saúde, de saneamento, da segurança ou da agricultura -, de acordo com as peculiaridades da Região.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. CARVALHO, Maria Cecília Merigoni (org.), Construindo o saber, Campinas, 1988.
2. GUARIM, Vera Lúcia M. S. Barranco Alto : Uma experiência em Educação Ambiental, Cuiabá : UFMT, 2002
3. OLIVEIRA, Elísio Márcio de, Educação Ambiental uma possível abordagem, 2ª Ed. Brasília, Ed. IBAMA, 2000.
4. WHIPPLE, W., and J.V. Hunter (1981). Settleability of Urban Runoff Pollution. Journal of the Water Pollution Control Federation, Vol. 53, No. 12.

5. ABNT-Associação Brasileira de Normas Técnicas (1982). NBR 7229. Construção e Instalação de Fossas Sépticas e Disposição dos Efluentes Finais. 1982. 37p.
6. ABNT-Associação Brasileira de Normas Técnicas (1997). Tanques Sépticos - Unidades de tratamento complementar e disposição final dos efluentes líquidos - Projeto, Construção e Operação. 1997. 60p.
7. ANDRADE NETO, Cicero O. de. "Participação da Comunidade no Planejamento, na Implantação e na Operação de Sistemas de Esgotos". Taller Nuevas Opciones de Saneamiento en Países en Desarrollo, Contribuciones Recientes en America Latina. Anais. Cidade do México, julho de 1998.
8. WHITE, Alaister. "Participación Comunitaria en Abastecimiento de Agua y Saneamiento – conceptos, estrategias y metodos". Traduzido ao espanhol pelo Centro Panamericano de Engenharia Sanitária e Ciências do Ambiente – CEPIS-OPS/OMS. Lima, Peru. 1987.
9. REVISTA NOVA ESCOLA, São Paulo, Editora Abril.
10. DSE – UFPI. Disponível em: www.ufpi.br
11. Projeto Vida. Disponível em: www.projetovida.com.br
12. Ministério do Meio Ambiente: Disponível em: www.mma.gov.br
13. Ministério da Educação :Disponível em : www.mec.gov.br
14. Portal da Saúde: Disponível em: www.saude.gov.br
15. República Federativa do Brasil. Disponível em: www.brasil.gov.br
16. Portal Ambiente Brasil. Disponível em: www.ambientebrasil.com.br
17. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: www.ibge.gov.br